

Desafios e perspectivas frente aos manuscritos da Biblioteca Nacional

Challenges and expectations regarding
National Library of Brazil's manuscripts

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.24922>

Ana Lúcia Merege

Mestre em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ-ECO - 1999), Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO - 1992), e desde 1996 trabalha na Biblioteca Nacional, onde é curadora da Divisão de Manuscritos e uma das curadoras da Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. Pesquisa contos de fadas, literatura fantástica e temas afins e tem uma carreira paralela como escritora de livros de fantasia.

E-mail: anamerege@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3378-7658>

RESUMO

Durante o I Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia, realizado no Arquivo Nacional em maio de 2017, um dos palestrantes citou várias instituições mantenedoras de documentos antigos ou modernos cuja leitura exige conhecimentos de Paleografia. A Fundação Biblioteca Nacional, cuja Divisão de Manuscritos possui cerca de um milhão de itens, não foi sequer mencionada. Este artigo se destina, em primeiro lugar, a refletir sobre as causas dessa aparente invisibilidade dos documentos arquivísticos custodiados pela instituição. Destacamos entre elas a prática de perpetuar uma metodologia de trabalho construída com base no que se praticava nos primeiros tempos da Biblioteca Nacional, quando a Biblioteconomia não estava consolidada como ciência no Brasil, e, nas décadas seguintes, a dificuldade de dar capacitação aos servidores da casa, tendo em vista a não-obrigatoriedade do estudo de Paleografia na maior parte dos cursos de Biblioteconomia e a pouca oferta de cursos e pós-graduações. Em contrapartida, mostramos como o diálogo entre a Biblioteca Nacional e várias outras instituições custodiadoras de acervo arquivístico, no Brasil e no exterior, se estreitou nos últimos anos, com a adoção de novos métodos e critérios de descrição e disponibilização do acervo e um esforço tanto institucional quanto pessoal para agregar novas competências, inclusive no campo da Paleografia. Também levantamos alguns pontos sobre a divulgação do acervo, mostrando como iniciativas simples -- tais como a publicação de manuscritos e transcrições na Revista de História da BN e nas redes sociais -- vêm dando visibilidade aos documentos e despertando o interesse do público.

Palavras-chave: Fundação Biblioteca Nacional. Arquivos. Redes Sociais. Educação. Paleografia.

ABSTRACT

During the First Luso-Brazilian Paleography Colloquium, held in the National Archives of Brazil in May 2017, one of the panelists cited several institutions that hold historic documents, which study requires paleography knowledge. However, National Library Foundation, whose collection contains almost a million manuscripts, was not mentioned. Firstly, this article is intended to consider the causes of the apparent invisibility of the archival collection held by the National Library Foundation. Among others, we highlight the existence of a working methodology which was established in the beginning of this institution and the efforts of National Library Foundation to train new staff members, since paleography classes are not compulsory in the majority of bachelor degrees and graduate degrees in Library Science courses in Brazil. Nonetheless, we show how the

communication between National Library Foundation and other archival collection institutes neared in recent years, due to the adoption of new benchmarks and new availability set, as well as the institutional and personal effort to aggregate new expertise in paleography and other fields. Additionally, we point out some collection promotion aspects with the purpose of demonstrating how simple initiatives, such as publishing manuscripts and transcriptions at National Library History Magazine, and its diffusion in social networks, have been enhancing document collection visibility and arousing public interest.

Keywords: National Library Foundation of Brazil. Education. Archives. Social Networks. Paleography.

Introdução

Em outubro de 2017, na qualidade de curadora da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, participei de um encontro de Paleografia na Universidade Federal da Bahia, no qual falei a uma plateia composta em boa parte de filólogos e paleógrafos sobre uma preocupante constatação, feita em maio do mesmo ano, durante o I Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia.

Nesse evento, ao qual estiveram presentes profissionais de várias instituições, um dos palestrantes lamentou que a oferta de cursos de Paleografia fosse escassa no país, ao mesmo tempo que sublinhava a fundamental importância de ter esses profissionais em instituições de guarda de acervo. Citaram-se, então, pelo menos dez instituições em que deveria haver paleógrafos, desde o Arquivo Nacional – onde a pesquisa seria em grande parte inviabilizada sem o concurso desses profissionais – até fundações e centros de pesquisa que possuem arquivos e bibliotecas importantes, mas cuja atividade-fim não é a guarda de documentos nem a preservação da memória. E, para minha surpresa e constrangimento, a Fundação Biblioteca Nacional – com um acervo rico e importante, estimado em cerca de 1.000.000 de manuscritos – não foi sequer mencionado entre elas.

Ao discutirmos as razões dessa omissão, uma colega da Fundação Biblioteca Nacional, que é graduada em Arquivologia e frequentemente participa de eventos da área, chamou minha atenção para o fato de que a Biblioteca Nacional é, por assim dizer, “invisível” aos olhos de alguns paleógrafos e arquivistas. Alguns desses profissionais nem mesmo sabem que a instituição abriga manuscritos, além de acervo bibliográfico; alguns estão cientes da existência do acervo, mas não fazem ideia da sua dimensão e muito menos das particularidades. Essa questão já havia sido abordada por minha colega em 2016, num artigo em que se referiu especificamente a arquivos privados:

Muitos pesquisadores se declaram surpresos ao *saber* da existência de arquivos privados numa instituição como a Biblioteca Nacional, onde julgavam haver apenas documentação proveniente da administração pública e/ou órgãos públicos. De fato, grande parte dos acervos sob a guarda da Biblioteca provém de órgãos administrativos, como a Casa dos Contos e o Ministério do Império. No entanto, além dessas coleções, a instituição abriga várias outras, a começar por aquela que lhe deu origem, pertencente à família real portuguesa. (BRANDO, 2016, p. 244)

Este artigo busca levantar os pontos que possam ter contribuído para a “invisibilidade” da instituição, que vão desde os métodos de organização do acervo manuscrito, estabelecidos nos primeiros tempos da Biblioteca Nacional, até a dificuldade de seguir normas e parâmetros para a descrição de um acervo tão volumoso, cujas coleções abrigam tantas particularidades. Trataremos, em seguida, dos esforços que vêm sendo empregados para sanar esses problemas e dos desafios que temos pela frente. Por fim, falaremos da Paleografia no contexto da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional – onde foi ensinada, durante décadas, como cadeira obrigatória na Escola de

Biblioteconomia – e de como ela pode contribuir para a produção de conhecimento, além de uma curiosidade sobre seu uso como parte das estratégias de divulgação do acervo.

1. Coleções manuscritas: a questão do tratamento

A Biblioteca Nacional tem sua origem no acervo da Real Biblioteca, que veio para o Brasil em 1808, trazida pela família real portuguesa. Eram cerca de 50.000 peças, dentre elas manuscritos de vários tipos: códices medievais, livros de horas, cartas, bulas, livros de registro, tratados de leis e de ciências, para citar apenas alguns. Seus encarregados eram dois religiosos: frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso. Este permaneceu como bibliotecário até 1822, quando regressou a Portugal levando consigo uma parte dos manuscritos. Ainda assim, muitos documentos pertencentes originalmente à Real Biblioteca permaneceram no Rio de Janeiro: mais de mil, segundo a estimativa de Teixeira de Mello, que foi chefe da Seção de Manuscritos e esteve à frente da Biblioteca Nacional entre 1895 e 1900 (MELLO, 1878, p. vii).

Já nessa época, importantes coleções, como as pertencentes ao frei José Mariano da Conceição Veloso, ao conde da Barca e ao arquiteto José da Costa e Silva, tinham sido incorporadas ao acervo. Este não parou de crescer, recebendo manuscritos de várias proveniências: os de José Bonifácio de Andrada e Silva, do historiador Pedro de Angelis, do comendador Manuel Ferreira Lagos e muitas outras. Cada conjunto era organizado à sua maneira, em alguns casos seguindo uma metodologia baseada em sistemas já utilizados na Europa, em outros de forma mais intuitiva. Outros, ainda, não obedeciam a qualquer critério. Um exemplo é a coleção dos manuscritos de Mello Moraes, doada em 1872; Teixeira de Mello afirma que continha “muitos documentos officiaes, não todavia coordenados e vindo não poucos d’elles incompletos pelo nenhum cuidado que se-teve (sic) no seu agrupamento e arranjo” (MELLO, 1878, p. x).

Com um acervo tão vasto e instrumentos de pesquisa tão díspares, era preciso encontrar uma solução, o que começou a tomar forma em 1873. Foi quando Alfredo do Valle-Cabral entrou como adido à Seção de Manuscritos e deu início aos trabalhos que resultariam, cinco anos depois, no Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional, publicado em dois volumes, nos números 4 e 5 dos Anais da instituição. Na introdução ao primeiro volume informa-se sobre o plano do trabalho, que divide os manuscritos em “Códices Relativos ao Brasil” e “Códices Estranhos ao Brasil” e que estabelece, para os primeiros, uma classificação baseada principalmente na Geografia. A primeira classe é “Brasil em geral”, as dez seguintes se referem a províncias. Há também uma classe reservada a questões que envolvem limites e três outras que são “Obras várias de brasileiros”, “Papéis relativos a brasileiros” e “Cartas e autógrafos de brasileiros notáveis e de estrangeiros de qualidade que estiveram

no Brasil ou dele se ocuparam”. Cada classe obedece à ordem cronológica, exceto em coleções com datas-limite muito afastadas entre si.

Embora se afirme que o catálogo procurou preservar todas as informações existentes sobre os documentos, “sem omitir nenhum dos dados biblio e paleográficos indispensáveis em taes casos” (MELLO, 1878, p. xii), o que se tem, na prática, é o estabelecimento de várias coleções artificiais. Naquela época, essa foi uma prática frequente em bibliotecas que abrigavam manuscritos, principalmente as que reuniam documentos de várias proveniências, coletados ao longo de muito tempo. A forma como os itens foram organizados dentro de cada coleção, entretanto, levou à desagregação de vários conjuntos, alguns dos quais foram desmembrados e descritos separadamente, item a item, sem que se pudesse, depois, voltar a relacioná-los. E isso pode se configurar em um problema a médio e longo prazo, pois, como observa Schellemborg,

Quanto mais antigos forem os documentos de uma coleção, maior a probabilidade de ser a coleção artificial em caráter. A maioria dos papéis do século XIX terá sido dispersada no transcurso de muitos anos após os acontecimentos a que dizem respeito (...). Quanto mais a coleção é o produto de atividades contínuas, mais importante é o seu arranjo original e mais própria se torna a aplicação do princípio básico da arquivística da “proveniência” pelo qual os documentos devem ser preservados na ordem que lhes atribuíram seus criadores (SCHELLEMBERG, 2004, p. 271)

Minha experiência na Fundação Biblioteca Nacional, onde trabalho desde 1996, me leva a crer que algumas coleções da Divisão de Manuscritos de fato perderam um pouco no que se refere à organicidade -- aí entendida como “a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127) O processo avançou à medida que mais acervos iam sendo descritos, com arranjos que obedeciam a uma lógica – e que tiveram, sem dúvida, sua utilidade --, mas que nem sempre tinham seus critérios e parâmetros bem definidos.

Por outro lado, é preciso ressaltar que todo esse trabalho se iniciou, e teve continuidade, numa época em que a ciência arquivística não estava consolidada no Brasil, e ademais no âmbito da maior biblioteca do país, num contexto em que o volume de livros era infinitamente superior aos de outros itens documentais. Muitas vezes o que ocorreu foi dar-se aos documentos manuscritos o mesmo tratamento que se daria ao acervo bibliográfico, com descrição item a item de cada documento e pouca preocupação em preservar os princípios da organicidade e da proveniência. E, ainda que a existência e importância dos arquivos e coleções jamais tenham sido deixadas de lado, só mais tarde foi retomado o diálogo entre a Divisão de Manuscritos e outras instituições detentoras de acervo arquivístico.

2. Um novo olhar: os manuscritos da Biblioteca Nacional como documento arquivístico

Como esperamos ter deixado claro acima, embora os manuscritos da Biblioteca Nacional tenham sido frequentemente descritos e tratados como documentos isolados, a existência das coleções não foi ignorada. Um dos catálogos de fichas na Divisão é, inclusive, organizado por coleções, tanto as artificiais quanto as que conservam o nome do titular, seja pessoa ou instituição. Além disso, alguns dos chefes e funcionários da Divisão realizaram um importante trabalho de pesquisa que, entre outras finalidades, serviu para resgatar a proveniência de arquivos e documentos. O mais extenso desses trabalhos -- que depois viria a fornecer as bases para o Guia de Coleções, do qual uma nova versão estará disponível em breve -- foi realizado por Waldir da Cunha, servidor da Biblioteca Nacional durante mais de quatro décadas e chefe da Divisão de Manuscritos entre 1988 e 1995.

A partir de 1996, sob a chefia de Carmen Moreno -- ex-estagiária da Divisão de Manuscritos, graduada em Ciências Sociais e egressa do Arquivo Nacional --, o diálogo com a arquivística foi retomado por meio de várias ações: reuniões de trabalho com órgãos importantes como o Conselho Nacional de Arquivos -- CONARQ, que define a política nacional de arquivos públicos e privados; participação na Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental -- COLUSO; parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro -- UERJ, que criou algumas vagas para estagiários dos cursos de História e Ciências Sociais a fim de que trabalhassem na descrição de coleções do período colonial brasileiro. Ao longo de mais de duas décadas, sucederam-se vários grupos de estagiários, sendo uma das exigências terem cursado a cadeira de Paleografia na universidade. Muitos são hoje professores em escolas e universidades, e foram várias as monografias de final de curso, pós-graduação e Mestrado e teses de Doutorado baseadas nas coleções da Divisão de Manuscritos.

Outra ação importante, que remonta à mesma época, foi a reformulação da planilha de descrição dos documentos, elaborada a partir de discussões entre servidores e estagiários, que passou a incluir informações antes inexistentes, porém relevantes para quem consultasse o acervo manuscrito. Um bom exemplo é o campo "Histórico da Proveniência", onde devem ser informadas, caso se saiba, as coleções às quais o manuscrito pertenceu antes de chegar à atual. Essa planilha de descrição continuou a passar por ajustes ao longo do tempo; ainda hoje existe um grupo de trabalho na Biblioteca Nacional para debater os campos de descrição da nossa atual base de dados, que obedece ao Sistema Sophia. O importante, aqui, é destacar que esse é um trabalho de mão dupla, onde, ao mesmo tempo em que se busca estabelecer padrões para a descrição documental no âmbito da instituição, não se perdem de vista as particularidades de um acervo diferente do bibliográfico.

Uma vez que mencionamos esse ponto, é oportuno lembrar que em 2006 tivemos um concurso que trouxe para nosso quadro profissionais de formação diferente da Biblioteconomia, entre os quais muitos historiadores e alguns arquivistas. A Divisão de Manuscritos passou a contar com uma equipe multidisciplinar, o que ampliou ainda mais nosso olhar a respeito das coleções. Além disso, o esforço para nos capacitar como profissionais é contínuo e crescente, por meio de cursos, oficinas e aquisição de competências variadas.

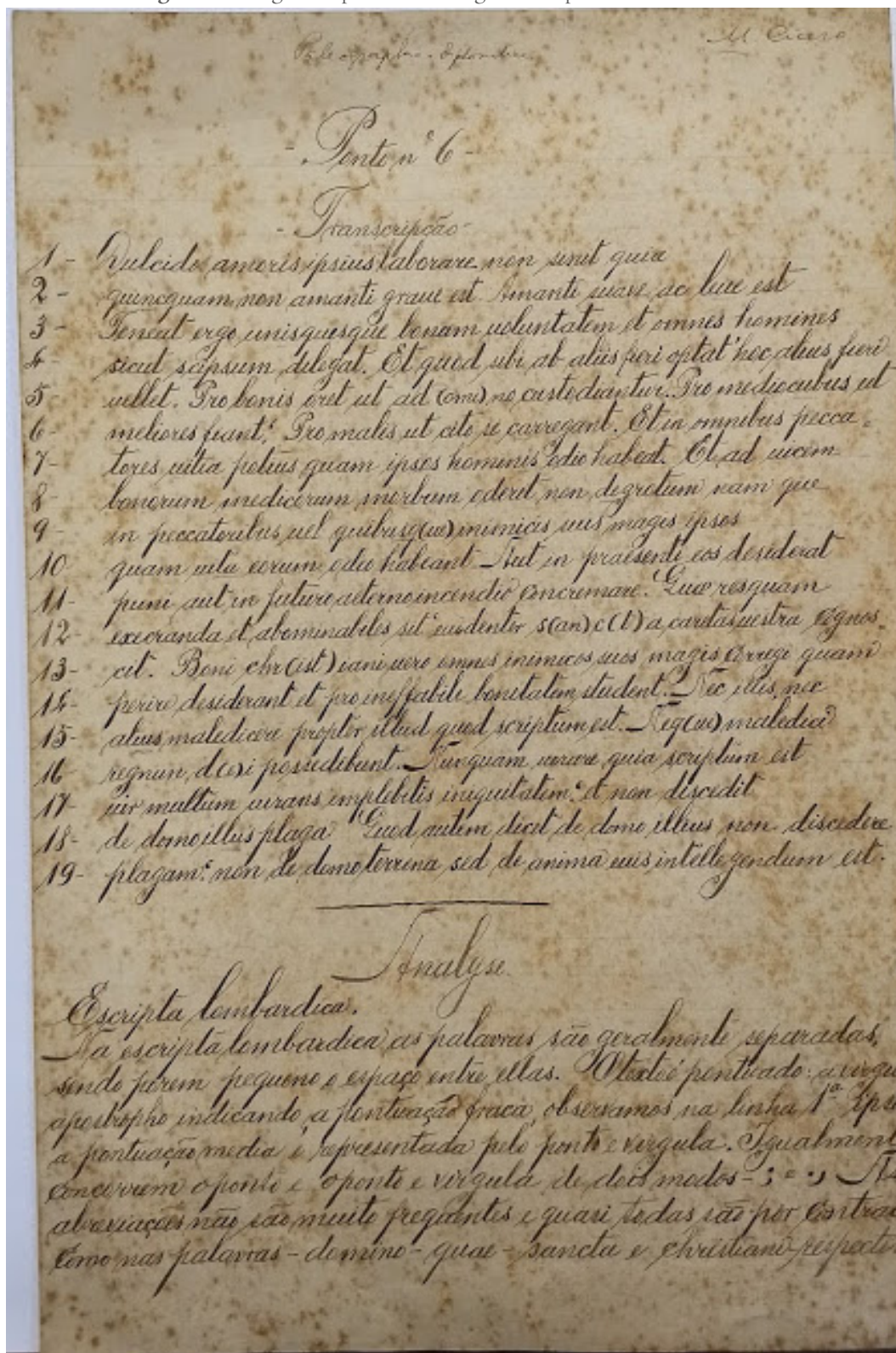
É dentro desse contexto que passamos a falar da Paleografia, tão importante para trabalhar com nossas coleções e arquivos – e que, curiosamente, não apenas fez parte do currículo dos bibliotecários durante muitos anos como foi ministrada na própria Biblioteca Nacional.

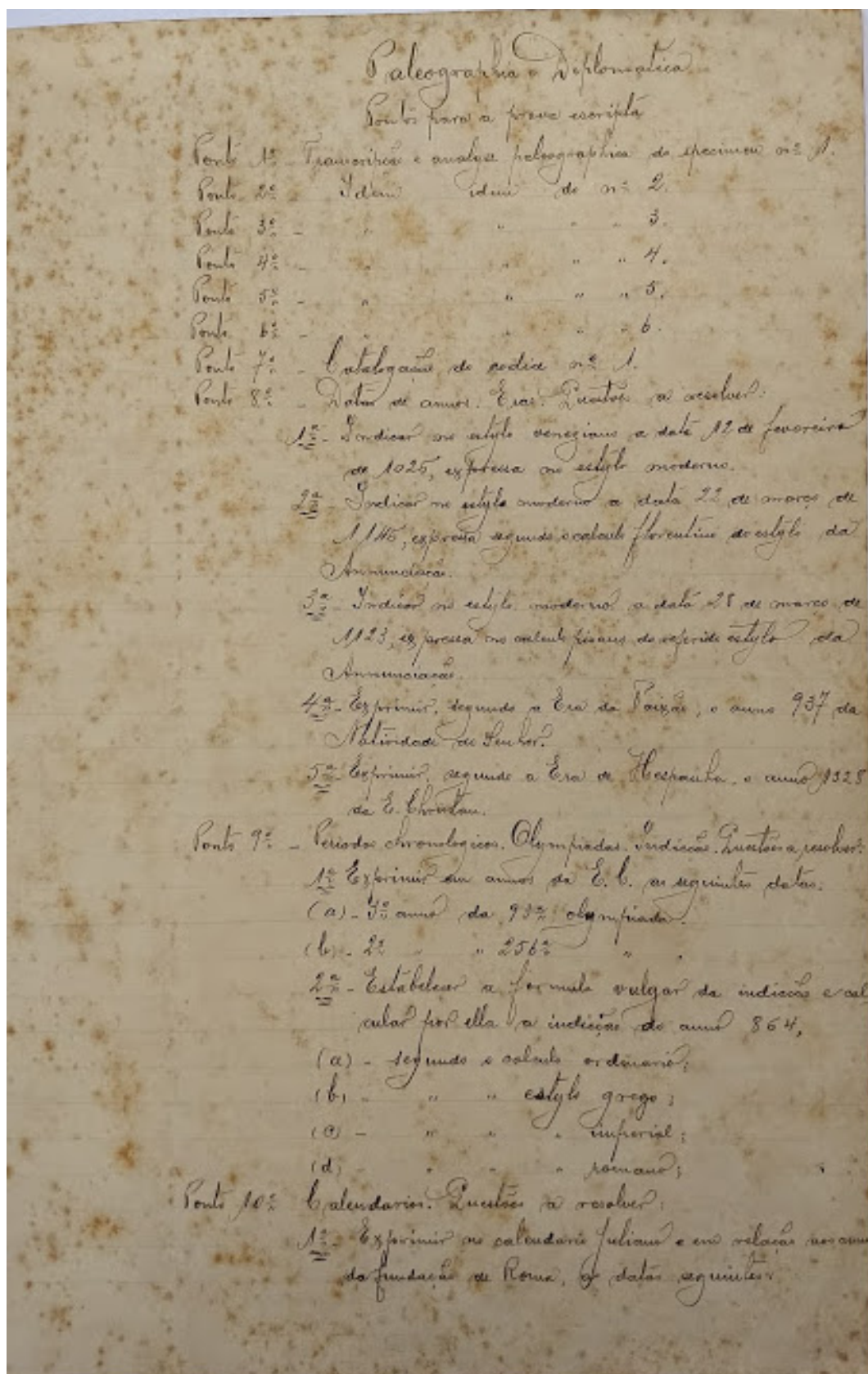
3. A Paleografia no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

O termo “bibliotecário” passou a ser usado na Biblioteca Nacional em 1824. Em 1879, sob a direção do historiador Ramiz Galvão, foi realizado o primeiro concurso público para o provimento de cargos, que exigia uma vasta erudição por parte do candidato: ele deveria ter conhecimentos de História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, Catalogação de Manuscritos e Traduções de Línguas -- Inglês, Francês e Latim (CASTRO, 2000, p. 48).

Em 1911, pouco após a Biblioteca Nacional ter se mudado para o prédio que ocupa até hoje, uma importante reforma foi promovida por Manuel Cícero Peregrino da Silva. Nela foi prevista a criação de um curso de Biblioteconomia, que seria o primeiro do Brasil e o terceiro do mundo, após a École de Chartes na França e o curso da Universidade de Columbia, Nova York. As disciplinas obrigatórias eram quatro, correspondentes às Seções da Biblioteca Nacional, e ministradas por seus chefes: Bibliografia, Iconografia, Numismática e Paleografia e Diplomática, da qual era professor o chefe da Divisão de Manuscritos. A primeira turma iniciou as aulas em 1915, e as provas tinham alto nível de exigência.

Figura 1 – Imagens de provas de Paleografia e Diplomática de 1919.



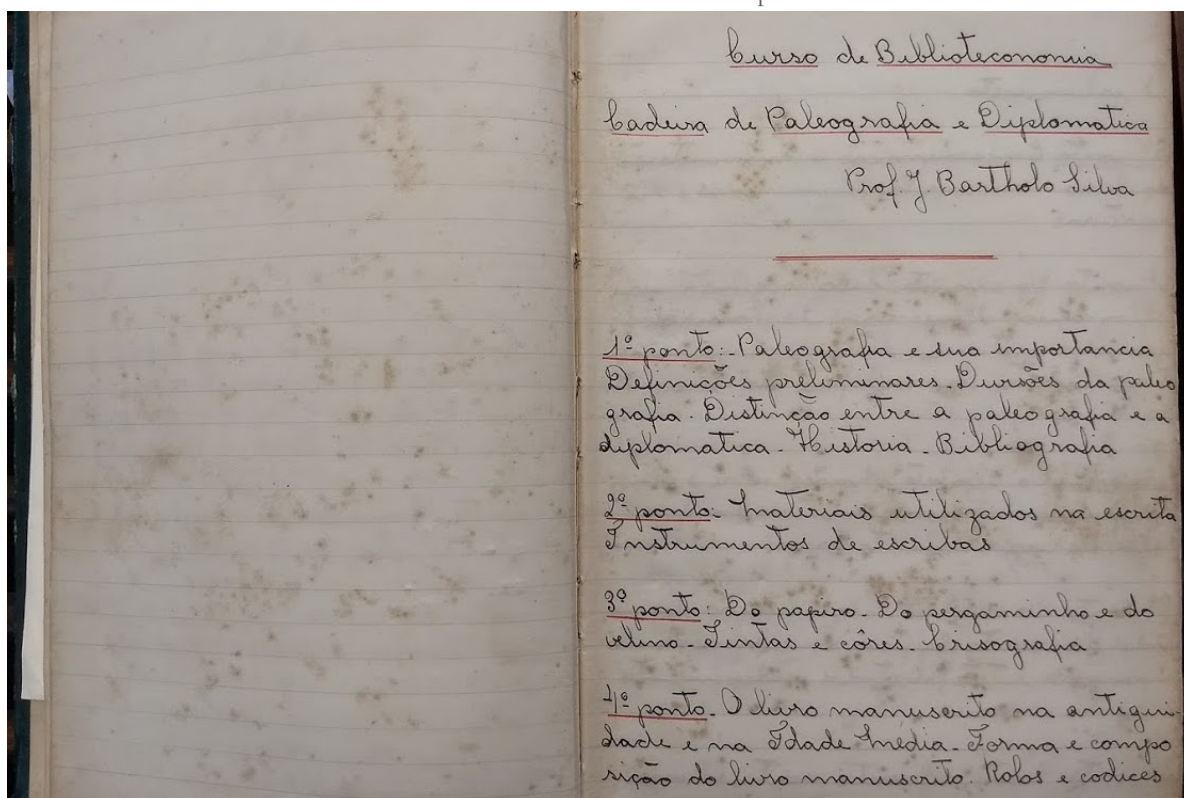


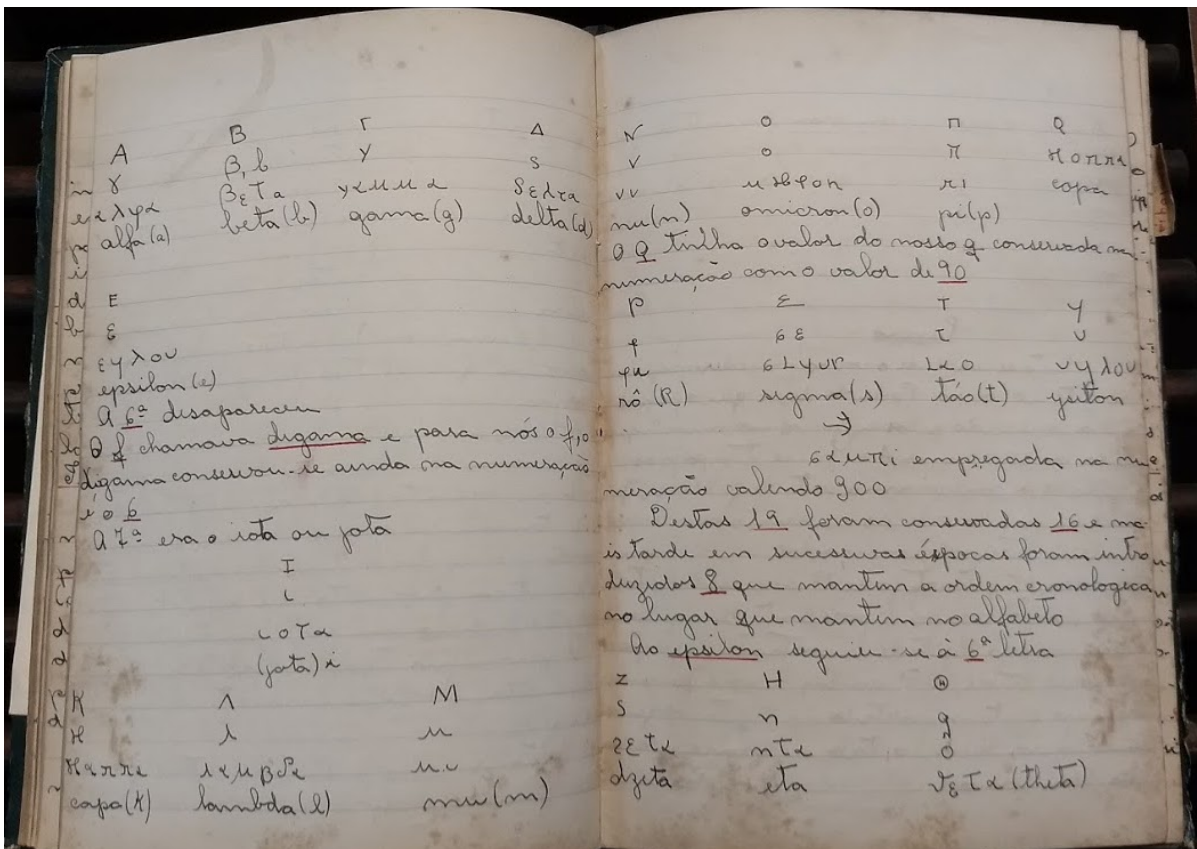
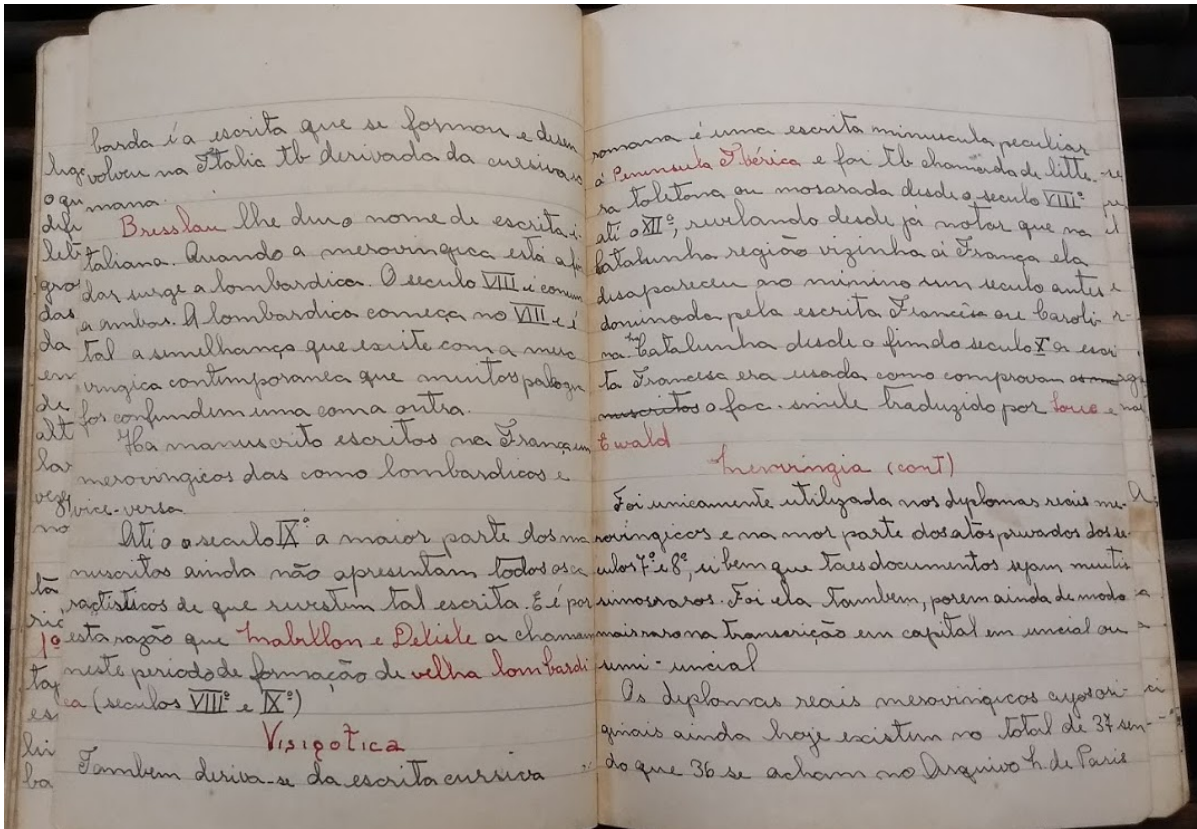
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O curso funcionou com muito poucos alunos até 1922, teve uma interrupção e foi restabelecido em 1931, com dois anos de duração ao invés de um e as disciplinas Bibliografia, Paleografia e

Diplomática, História Literária e Iconografia e Cartografia. Nesse meio-tempo o Brasil ganhou seu segundo curso de Biblioteconomia, inaugurado em 1929 no Instituto Mackenzie, em São Paulo, e influenciado pelo modelo norte-americano (CHRONOS, 2015, p. 20). O curso da Biblioteca Nacional permaneceu com sua base francesa, mais voltada para a erudição e as humanidades, que atendia melhor às necessidades dos profissionais da instituição e de outras cujo acervo tivesse as mesmas características.

Figura 2 – Imagens do caderno de Paleografia e Diplomática de Lydia Combacau de Miranda, aluna do curso da BN entre 1940/41. O caderno foi doado pela autora em 1990.





Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Em 1944, dadas as exigências do mercado de trabalho, que exigia profissionais mais técnicos, o curso da Biblioteca Nacional passou por nova reforma, com a introdução de disciplinas de área técnica, antes “embutidas” na cadeira de Bibliografia: Catalogação, Classificação, Referência. A Paleografia se tornou uma disciplina optativa. Em 1962 voltou a ser obrigatória no curso da Biblioteca Nacional – o qual, no entanto, estava com seus dias contados.

3.1 Os herdeiros da Biblioteca Nacional: o curso de Biblioteconomia da FEFIEG à UNIRIO

Em 1973, sob a administração de Janice Monte-Mór, o curso de Biblioteconomia foi transferido para a FEFIEG, sigla dada à Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara, que reunia várias escolas isoladas de ensino superior e que, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, passou a se chamar Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ. Dois anos depois, foram transferidos para a FEFIERJ o Curso Permanente de Arquivos, ministrado na sede do Arquivo Nacional, e o Curso de Museus, que até então era sediado no Museu Histórico Nacional. Com a denominação, respectivamente, de Curso de Arquivologia e Curso de Museologia, eles vieram se juntar ao Curso de Biblioteconomia egresso da Biblioteca Nacional. O objetivo seria criar profissionais capacitados e com ampla formação na área da documentação – o “documentalista ideal”, ao mesmo tempo bibliotecário, arquivista e museólogo (CHRONOS, 2015, p. 44). Os três cursos passaram a integrar o Centro de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, nome pelo qual a FEFIERJ foi institucionalizada em 1979.

Em 1989, ingressei na UNIRIO para cursar Biblioteconomia no horário da manhã, que era então o único oferecido para o meu curso e o de Museologia, ao passo que o de Arquivologia funcionava à noite. Não havia um núcleo comum de disciplinas, o que poderia corroborar a proposta de formar documentalistas capacitados a atuar tanto em bibliotecas quanto em arquivos e museus; não me recordo de ter ouvido falar em arquivos ou descrição de manuscritos em nenhuma das disciplinas que cursei. As aulas de Paleografia, então obrigatórias para os futuros arquivistas, eram-nos oferecidas como optativas, porém no período noturno, o que me fez desistir de participar. De fato, nosso curso era muito técnico e voltado para as disciplinas diretamente ligadas ao acervo bibliográfico. Só depois de formada, trabalhando na biblioteca da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, eu viria a ter contato com manuscritos – que, lá, também eram lidos e descritos em bases de dados como se fossem documentos isolados. Foi a mesma situação que encontrei na Biblioteca Nacional, à qual cheguei em 1996, por via de um concurso que foi aberto apenas para bibliotecários.

Desde então, tomei e sigo tomando parte no esforço de aproximação com as instituições de guarda de acervo arquivístico, assim como os demais servidores, tanto os bibliotecários quanto os egressos de outras áreas. As ações serão detalhadas na próxima seção.

4. Decifrem-nos e nos devorem: manuscritos à espera do leitor

A preocupação expressa pelo palestrante do I Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia, de que a oferta de cursos e formação na área esteja escasseando, é partilhada pelos servidores da Divisão de Manuscritos. Como instituição custodiadora de um acervo antigo, em boa parte datado dos períodos colonial e imperial, e de preciosos arquivos institucionais e privados, precisamos muito de pessoal qualificado que possa descrever, transcrever e, por que não, publicar edições diplomáticas de documentos e códices, a exemplo do “Liber de Contemptu Mundi” de Isaac de Nínive, um códice do século XV cuja publicação em fac-símile foi acompanhada de transcrição paleográfica feita em 1994 por Ronaldo Menegaz. Temos coleções inteiras à espera de leitores, algumas já bastante organizadas e acessíveis por meio de catálogos e base de dados, outras apenas inventariadas. Muitas são extensas, ocupando um grande número de armários e arcazes; outras reúnem um número relativamente pequeno de documentos, como as do botânico Francisco Freire Alemão, a coleção de cartas do jornalista Brício de Abreu, com autógrafos de escritores estrangeiros dos séculos XIX e XX, e o arquivo do Almirante Graham Hamond, comandante da base da Marinha britânica na América do Sul entre 1834 e 1838. Essas são apenas três dentre as mais de duzentas coleções (aqui incluídos os arquivos pessoais) listadas no Guia de Coleções de Manuscritos, que, aliás, acaba de ganhar uma versão atualizada, disponível online em PDF, resultado do trabalho da bibliotecária Eliane Perez que em muito se baseou nas anotações de chefes e servidores da Divisão ao longo de décadas.

Nossos esforços para trabalhar na organização do acervo são contínuos. Nos últimos anos foram atribuídos novos arranjos a várias coleções e arquivos, padronizando a descrição de documentos, reintegrando alguns deles a suas coleções de origem, aperfeiçoando o Guia de Coleções, que já conta com mais de duzentas entradas. Fizemos cursos que nos ajudam em questões específicas, como o de elaboração de resumos, ministrado na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2016, e, em 2017, o de tratamento de coleções especiais, no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

No que concerne especificamente à Paleografia, temos buscado nos capacitar por meio de cursos e palestras. Três de nós participaram de oficina de Paleografia Medieval na UFRJ e tentamos enviar sempre um participante a cada curso que vemos sendo oferecido. Não conseguimos, ainda, trazer um curso para a Biblioteca Nacional, ou fazer alguma parceria através da qual um número maior de servidores possa ter acesso. Esperamos que isso possa se realizar a médio prazo.

Divulgação e visibilidade do acervo

Em que pesem todas as dificuldades, uma de nossas missões vem sendo desempenhada com cada vez mais afinco: a divulgação do acervo. Isso não se restringe à Divisão de Manuscritos, mas é um esforço compartilhado por todos os servidores da instituição, para o qual lançamos mão de diversos meios:

- Publicação de instrumentos de pesquisa, impressos e eletrônicos;
- Oferta de visitas técnicas, na maioria das vezes para o público acadêmico;
- Mostras e exposições locais e participação em mostras temáticas que reúnem diferentes setores da Biblioteca Nacional;
- Digitalização dos documentos, que desde 2006 estão disponíveis por meio da BN Digital e, desde 2016, por meio da Biblioteca Luso-Brasileira;
- Publicação de artigos sobre a Divisão de Manuscritos, suas coleções e documentos;
- Divulgação para o grande público em redes sociais.

Um excelente veículo de divulgação que tivemos entre os anos 2003 e 2016, infelizmente descontinuado, foi a Revista de História da Biblioteca Nacional -- RHBN. Nosso acervo servia de fonte de pesquisa para a imensa maioria dos artigos, mesmo os escritos por colaboradores de fora. Uma seção pensada como forma de entretenimento usou como base a Paleografia: era a “Decifre Se For Capaz”, que desafiava os leitores a lerem documentos manuscritos, naturalmente não muito complicados, cuja transcrição era publicada no mesmo número ou no seguinte.

Pedro II e uma carta pertencente ao Arquivo Graham Hamond, tratando dos castigos a bordo de navios britânicos no porto do Rio de Janeiro no início do século XIX.

Atualmente, a Divisão de Manuscritos colabora com o blog e a página da Fundação Biblioteca Nacional com a Série Documentos Literários, um artigo semanal voltado para o grande público, que apresenta os documentos da instituição de forma contextualizada. Esperamos, por meio da constante aquisição de novas competências profissionais, poder torná-los cada vez mais acessíveis a nossos leitores.

Considerações finais

Por tudo quanto ficou dito, julgamos ter compreendido o porquê da nossa pouca visibilidade aos olhos de tantos pesquisadores. Nossa instituição é muito antiga, e tanto as dimensões do acervo quanto sua organização e o tratamento que recebeu ao longo de quase dois séculos contribuíram para que muitas coleções manuscritas ficassem à sombra, especialmente os arquivos pessoais.

A mudança de paradigmas a partir da década de 1990 vem, aos poucos, mudando esse estado de coisas, mas ainda temos muito trabalho pela frente. Consideramos um trunfo o fato de termos hoje uma equipe não apenas multidisciplinar, no que se refere às formações, mas com diferentes perfis, interesses e habilidades pessoais que se complementam. Independentemente de tudo isso, estamos imbuídos do desejo de adquirir novas competências, entre elas a capacidade de perceber a organicidade de nossas coleções e arquivos, ler e interpretar os documentos com mais propriedade e a partir deles produzir conhecimento.

Para concluir, devemos dizer que toda colaboração continua a ser bem-vinda. Queremos dialogar e cooperar com outras instituições, e sempre estaremos de braços abertos à espera dos estudiosos que compartilham conosco o fruto de suas pesquisas. Mas entendemos que também devemos estar capacitados para trabalhar como pesquisadores, pois isso é parte da nossa missão na qualidade de servidores públicos comprometidos com a preservação e a divulgação do acervo da Biblioteca Nacional.

Referências bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BRANDO, Daniele Cavaliere. O direito à intimidade do produtor e/ou doador e o acesso público ao manuscrito: o caso da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *In: Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 243-255.
- CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- DIAS, Antônio Caetano. Na Biblioteca Nacional. **CHRONOS**. Rio de Janeiro: UNIRIO, v. 1, n. 10, p. 16-31, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/Chronos-Biblioteconomia%20.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.
- MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Introdução**. Anais da Biblioteca Nacional, v. 4, p. vii-xii, 1877-1878.
- PEREZ, Eliane (Org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018. Disponível em http://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2019/20190312_guia-4980.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.
- SHELLEMBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 4. ed. Rio, FGV, 2004.